



# A transição capilar nas mídias digitais: identificações em processo e representações em disputa<sup>1</sup>

The hair transition in digital media: identifications in process and representations in dispute

Karina de Camargo<sup>2</sup>  
Priscila Martins Medeiros<sup>3</sup>

## Resumo

O artigo trata de uma pesquisa que teve como objeto o processo de transição capilar relacionado aos usos de plataformas de mídias digitais no Brasil. Seu objetivo foi compreender os impactos deste processo para a construção de identificações de mulheres negras e não-negras, considerando as representações acerca do cabelo crespo e da população negra. Foi realizada através de uma etnografia por meios digitais e teve como materiais publicações de um *blog* sobre transição capilar, a observação de uma amostra de grupos na plataforma Facebook e relatos fornecidos através de um questionário estruturado. A transição capilar tem impactado a construção de identificações de parte dessas mulheres que negociam e produzem formas de autorrepresentação em um contexto de disputa pelo significado do uso do cabelo natural.

**Palavras-chave:** Processos de Identificação; Práticas de Representação; Mídias digitais; Transição Capilar.

## Abstract

The article deals with a research that had as its object the hair transition process related to the uses of digital media platforms in Brazil. Its objective was to understand the impacts of this process for the construction of identifications of black and non-black women, considering the representations about curly hair and the black population. It was carried out through an ethnography by digital means and had as material publications of a blog on hair transition, the observation of a sample of groups on the Facebook platform and reports provided through a structured questionnaire. The hair transition has impacted the construction of identifications by part of these women who negotiate and produce forms of self-representation in a context of dispute over the meaning of the use of natural hair.

**Keyword:** Identification Process; Representation Practices; Digital Media; Hair Transition.

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida entre outubro de 2017 e julho de 2018 com apoio da FAPESP (processo nº2017/09477-5), sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Priscila Martins Medeiros. As opiniões, hipóteses, conclusões e/ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP. Uma versão preliminar desse texto foi apresentada na Semana de Ciências Sociais da Unicamp, em agosto de 2019.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e Bacharela em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: kah.mgo@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos e Professora Adjunta do Departamento de Sociologia, na mesma instituição. E-mail: medeiros.ufscar@gmail.com.



## 1. Introdução

O artigo apresenta resultados de uma pesquisa de iniciação científica na qual se investigou o processo de transição capilar relacionado aos usos de mídias digitais no Brasil. Transição capilar é o termo usado para nomear o abandono de técnicas de alisamento dos cabelos para o uso em seus aspectos naturalmente crespos ou cacheados (DE MATTOS; SILVA, 2014). Foi compreendido como um processo social e subjetivo que impacta na construção de identificações de mulheres que vivenciam essa experiência. A distinção analítica destas duas esferas intercruzadas foi orientada pelo que Fanon (2008) denominou por sociogênese, presente no debate do autor com a psiquiatria, em favor de uma compreensão dos fenômenos psíquicos a partir de realidades sociais e econômicas específicas, e não somente pela via psicológica, individual e sem historicidade. Na apropriação sociológica realizada, considerou-se que há construções no interior desses intercruzamentos que podem ser analisadas, inicialmente a partir da linguagem, pois é através dela que criamos e vivenciamos os significados. A análise dessas construções passa por aspectos psicológicos (somatizamos, interiorizamos, reproduzimos, acreditamos, sentimos inferioridade/superioridade) e também pelas realidades econômicas, políticas e sociais, possibilitando considerar a inter-relação e a interdependência entre o social e o subjetivo.

O que justificou a pesquisa foi a identificação de um fenômeno social recente, próprio das relações sociais contemporâneas marcadas pelos usos de ferramentas de comunicação digitalmente mediadas, atravessados por relações de poder. A pesquisa abordou a problemática das relações raciais no Brasil tendo em vista o colonialismo e os seus desdobramentos ainda persistentes. Além disso, se propôs a realizar uma análise sociológica considerando as negociações que os sujeitos empreendem nesse contexto e suas subjetividades.

O objetivo do trabalho foi compreender a construção de identidades (HALL, 2000) de mulheres negras e não-negras que passaram pelo processo de transição capilar, considerando as particularidades das representações construídas acerca do cabelo crespo e da população negra no contexto brasileiro e suas relações de continuidade com o colonialismo (BRAGA, 2015; GOMES, 2008; HALL, 2016).

Para tal foi realizada uma etnografia por meios digitais, atenta às problemáticas da pesquisa etnográfica voltadas à internet, tomando-a como fonte, objeto ou ferramenta de pesquisa (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011; KOZINETS, 2014). Foi orientada metodologicamente pela perspectiva da Sociologia Digital, que aborda o caráter histórico, cultural e político dos usos das ferramentas de comunicação digitalmente mediadas, sobretudo com relação à continuidade destas para com a esfera midiática anterior (MISKOLCI, 2011, 2016). Além disso, volta-se para as formas de sociabilidade e subjetividade suscitadas pelos usos de plataformas de mídias digitais, visto que suas características impactam cultural, econômica e politicamente sobre as relações entre os sujeitos e deles para consigo próprios (MARTINO, 2014; NICOLACI-DA-COSTA, 2002; VAN DIJCK, 2016).

Os materiais a que se referem o artigo foram coletados em plataformas de comunicação digitalmente mediadas – publicações do blog *cacheia.com*<sup>4</sup> –, observação das interações e conteúdos em uma amostra de grupos na rede social *Facebook*<sup>5</sup> e respostas a um questionário estruturado aplicado no interior destes grupos. O modo como foram acessados seguiu as interações propostas pela própria plataforma, procurando preservar sua dinâmica de interação. A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para orientar a coleta, amostragem, sistematização e análise dos diferentes materiais, construindo categorias e subcategorias que partiram dos conteúdos observados e visaram produzir uma interpretação com base nos referenciais teóricos da pesquisa (SILVA; FOSSA, 2015).

Na próxima seção serão apresentados os principais referenciais teóricos que foram mobilizados

<sup>4</sup> A coleta de dados se estendeu de novembro de 2013 (data de criação do blog) até dezembro de 2017.

<sup>5</sup> Os critérios para construção da amostra em sete grupos do Facebook se basearam em: presença da expressão “transição capilar” no título; total de membros; e presença de interação no momento de escrita do projeto de Iniciação Científica, em janeiro de 2016. Por conta do volume de dados disponíveis, optou-se pela não ampliação da amostra.



para a análise proposta seguidos de uma discussão dos principais resultados.

## 2. Da racialização dos sujeitos aos enfrentamentos políticos

O uso da categoria “raça” foi um recurso necessário para a análise das relações sociais que serão o foco do texto. Ela é compreendida como uma construção política e social, como a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – o racismo. Tal sistema possui uma lógica própria que produz um “efeito de naturalização” ao se utilizar de diferenças genéticas e biológicas como justificativa das diferenças sociais e culturais (HALL, 2003).

O reconhecimento de que esta categoria não tem ligação com a conformação biológica dos seres humanos removeu sua validade científica, mas ela continuou sendo usada sob outras formas (MUNANGA, 2003). Considerou-se necessária à análise, podendo dizer que foi utilizada aqui sob *rasura*<sup>6</sup>, pois foi mobilizada de diferentes maneiras pelas mulheres que colaboraram com a pesquisa, sobretudo como uso político para denúncia da desigualdade racial e para afirmação positiva de pertencimento étnico-racial. Assim, o emprego desta categoria procura dar inteligibilidade às especificidades das práticas de representação (HALL, 2016) que afetam as mulheres, em especial as mulheres negras, que ao mesmo tempo são tensionadas e reconstruídas por elas, dando ênfase ao debate sobre a construção social do padrão de beleza que guarda relações com a violência colonial.

Segundo Munanga (2003), a primeira classificação da diversidade humana se fez ligada a uma conotação religiosa, produzida pelo cristianismo através da narrativa presente no livro Gênesis, que apresenta a estória da maldição de Cam, momento em que a Europa invadiu e ocupou continentes e se utilizou da escravização de populações do continente africano com o respaldo da Igreja Católica. Como continuidade da exploração colonial, no século XVIII pode ser percebida uma modificação do sentido de “raça”, ligada ao contexto de disseminação das ciências naturais. As teorias evolucionistas, a Antropologia Física e os estudos de frenologia produziram discursos sobre os sujeitos colonizados, criando significados de animalidade, exotismo e incapacidade intelectual que deram respaldo à escravização de povos não-europeus (MUNANGA, 2003).

Para Hall (2016, p. 161), “(...) as ideias ocidentais sobre ‘raça’ e as imagens da ‘diferença’<sup>7</sup> racial foram moldadas profundamente por esses três encontros fatídicos” referindo-se aos momentos de contato dos europeus com a África Ocidental no século XVI, a escravidão do Novo Mundo e a colonização e “partilha da África” no “novo imperialismo”.

É no primeiro encontro que o corpo daquele construído como Outro se torna espaço que precisa ser descoberto, medido e classificado. Nele se construíram imagens racializadas sobre os sujeitos de origem africana, identificados a partir dos seus traços físicos, como cabelo e cor da pele, e pelas práticas e signos culturais e étnicos (BRAGA, 2015). A racialização produz a negação dos atributos de humanidade por meio de concepções contrastivas em torno da ideia universal de Homem, produzindo uma zona de não-ser para os sujeitos colonizados. Constrói representações e cria expectativas em torno do comportamento, dos sentimentos e das capacidades morais e intelectuais de modo hierarquizado (FANON, 2008). As representações em torno da mulher negra tenderam a reduzi-la aos atributos

<sup>6</sup> “O sinal de ‘rasura’ (X) indica que eles não servem mais – não são mais ‘bons para pensar’ - em sua forma original não-reconstruída. Mas uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados” (HALL, 1995 *apud* HALL, 2000, p.104).

<sup>7</sup> Hall (2016) utiliza o termo entre aspas para fazer uma referência crítica, pois a ideia de “diferença” se refere àquela construída pelo contato colonial, que pressupõe a hierarquização entre os sujeitos a partir de concepções pautadas no biológico. Quando o termo diferença não vier acompanhado de aspas, estarei me referindo, com base neste mesmo autor, a uma concepção ressignificada e livre de pressupostos essenciais e fixadores dos sujeitos, que tem como base a contribuição de Derrida com a mobilização estratégica do termo *différance* (HALL, 2000). Essa mobilização, segundo Costa (2006, p. 98), remete ao excedente de sentido que não pode ser significado nas diferenciações binárias.



biológicos, como o exotismo e a sexualidade exacerbada, ligando-as ao corpo, às emoções e aos instintos, em contraponto à razão (BRAGA, 2015).

Tais concepções estão na base do regime de representação construído sobre a população africana e seus descendentes. Trata-se do repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a “diferença” é representada em um dado momento histórico (HALL, 2016). Os regimes de representação não são fechados, podendo incorporar elementos aos significados em questão, mas guardam um núcleo original de sentidos (HALL, 1996 *apud* COSTA, 2006, p. 86). Assim, representação é tanto um conceito quanto uma prática que envolve a produção de significados.

Uma prática de representação específica é a estereotipagem, que reduz os sujeitos a poucas características simplificadas, fixadas pela natureza, e possui uma lógica dupla que lhe confere ambivalência (HALL, 2016). Então a representação estereotipada possui duas lógicas de funcionamento, uma consciente e evidente e outra que é inconsciente e reprimida. Se refere tanto ao que é fantasiado quanto ao que é percebido como “real” e o significado mais profundo “(...) encontra-se *no que não está sendo dito, mas está sendo fantasiado, o que está implícito, mas não pode ser mostrado*” (HALL, 2016, p.199, grifos do autor). A estereotipagem pode criar, também, representações sentimentalizadas que continuam reiterando dicotomias essencialistas (HALL, 2016). Tais práticas têm implicações concretas na organização das sociedades, nas relações entre os sujeitos e deles para consigo próprios. Elas produzem um amálgama em que estes nunca são considerados em suas individualidades, mas por uma ideia que os transcende e fixa, como “(...) se fixa uma solução com um estabilizador” (FANON, 2008, p.103).

Desse modo, fazer referência a um regime racializado de representação (HALL, 2016) é considerar a estereotipagem e a representação enquanto dotadas de poder e de lógica própria, cujas motivações ocultas residem em um ideário calcado na biologização dos corpos, forjado no contato colonial, que persiste de diferentes formas contemporaneamente. Um exemplo são os comerciais de venda de cerveja nos anos 2000, nos quais mulheres negras tinham seus corpos caricaturados e hipersexualizados, sobretudo àquelas referidas no imaginário social como “mulatas” (BRAGA, 2015). Segundo Nilma Lino Gomes (2008), o termo carrega a violência das relações raciais e de gênero, pois faz referências à crença na inferioridade do negro e revela a forma negativa como a mulher negra tem sido vista na sociedade<sup>8</sup>.

Contudo, desde os anos 1930, têm sido produzidas outras representações pela população negra. A imprensa negra deste período teve como preocupação rebater os estereótipos negativos, negociando com o imaginário pautado pela integração econômica (BRAGA, 2015). Segundo Felix (2005), o Teatro Experimental do Negro, fundado na década de 1940, tinha como proposta prestigiar uma cultura negra e uma posição em prol da identidade negra. Conforme aponta Figueiredo (2002), ativistas negros desde os anos 1970 têm proposto uma nova estética negra na qual o cabelo tem destaque. Isso se deveu em parte pelo contexto político transnacional, como a mobilização do Partido das Panteras Negras nos EUA na década de 1960, o Movimento *Black is Beautiful*, iniciado na África do Sul frente ao regime do *Apartheid*, o Rastafarianismo na década de 1970, que mesclou estética, religião e música e, também, no caso brasileiro, as primeiras expressões do que viria a ser o movimento Hip Hop (GOMES, A., 2008; GOMES, N., 2008). Para Nilma Lino Gomes (2008), os movimentos dos anos 1960 e 1970 operaram a construção política e cultural da raça e da estética, sendo a “naturalidade” da estética negra uma estratégia politicamente construída.

Modificações em torno da ideia da estética negra, fruto das políticas afirmativas, alteraram o discurso de inclusão da população negra em uma sociedade branca para outro que afirma o negro pelo

<sup>8</sup> Ao se referir a essa categoria, Nilma Lino Gomes (2008) discute como as diferentes relações entre corporeidade negra, nas suas diferentes tonalidades de pele e textura do cabelo, impactam nas relações sociais e como estas classificações estão enraizadas no período escravocrata, sendo elementos usados, por exemplo, para diferenciar os sujeitos escravizados nas atribuições de trabalho. Na perspectiva deste texto, mencionar diferentes tonalidades de pele se faz necessário diante do seu aparecimento em campo e é feita a partir de uma leitura não essencializadora dos sujeitos.



negro (BRAGA, 2015; GOMES, 2017). Segundo Nilma Lino Gomes (2008), a dupla “cabelo e cor da pele” possibilita compreender como estes elementos se articulam e interferem na configuração racial do brasileiro, possibilitando compreender como o negro se vê e como é visto pelo outro. A autora considera que os saberes estético-corpóreos, construídos nas lutas por emancipação, e as iniciativas da juventude em torno do cuidado cosmético e da beleza negra, contribuem para transgredir com uma monocultura do gosto estético, baseada nas características do colonizador.

É a partir dessas transformações sociais que as mulheres que decidem pelo uso do cabelo naturalmente crespo ou cacheado e que se mobilizam por meio de plataformas de mídias digitais, estão situadas e situam a si mesmas. O fenômeno da transição capilar pode ser compreendido como tendo reflexos da histórica atuação política do Movimento Negro, mas também está relacionado com problemáticas contemporâneas que envolvem publicidade, consumo e as mídias digitais.

Uma questão central é o debate sobre identidade que tem se dado de modo relacionado ao processo de transição capilar. Neste trabalho, a identidade é compreendida como sendo fruto de um processo, uma sutura momentânea que articula identificações subjetivas e posições-de-sujeito, estas construídas discursivamente pelo outro, dentro das relações de poder guiadas por regimes de representação. Assim, a identificação é um processo que ocorre no e pelo contato, uma forma não essencializada, mas estratégica e posicional (HALL, 2000). Nesta perspectiva, corpo e linguagem tensionam os elementos culturais comumente negados e exotizados para a construção de outros significados. Isso é possível porque os significados estão sempre em movimento, não podendo ser nunca fixados, e as imagens não representam por si só, mas de acordo com os contextos nas quais se inserem (HALL, 2016).

As experiências vividas pelas mulheres que passam pela transição capilar permitem pensar a respeito das articulações e negociações dos sujeitos em um país no qual a narrativa da nação operou o apagamento das diferenças através da representação do “mestiço”, tornando as práticas de modificação dos cabelos fenômenos cuja análise vão além da dimensão cosmética e individual. No contexto brasileiro, o corpo bem como a cor da pele e a textura do cabelo foram construídos como signos que orientam concepções em termos morais, intelectuais, éticos (GOMES, 2008). Em contrapartida, têm emergido mais uma vez diferentes práticas de representação a este respeito. Para as escritoras do *blog cacheia.com*<sup>9</sup> (SOUSA, 2015) trata-se de um momento de disputa e este trabalho concorda com tal perspectiva, pois foi possível identificar novas maneiras de construir representações por parte das mulheres que passam pelo processo de transição capilar, realizando a afirmação positiva da corporeidade negra e do cabelo crespo, incluindo nestas a produção de formas de representar a si mesmas voltadas para àquelas cujas experiências são compartilhadas. Possibilidades estas que se abriram de maneira relacionada aos usos plataformas de comunicação digitalmente mediadas.

### 3. A Transição Capilar nas Mídias Digitais: identificações em processo e representações em disputa

Como já enunciado, este trabalho teve como objetivo compreender a construção de identidades de mulheres negras e não-negras que passaram pelo processo de transição capilar. Para tal, considerou as representações construídas acerca do cabelo crespo e da população negra e sua relação com a longa duração das práticas estereotipadas e racializadas, além de compreender que os sujeitos não são, *a priori*, brancos ou negros, homens ou mulheres, mas sim são construídos e se constroem por meio de identificações que são contingentes. Nesse sentido, “identidade” passa a significar “(...) pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (HALL,

<sup>9</sup> O blog *cacheia.com* pode ser acessado em <http://cacheia.com>.





1995 *apud* HALL, 2000, p.112)<sup>10</sup>.

Assim, foi possível analisar a relação entre a prática de alisamento e o significado do cabelo crespo no contexto brasileiro como uma articulação, uma sutura dos sujeitos frente a um regime de representação racializado. Isto porque, dentre as colaboradoras da pesquisa<sup>11</sup>, a prática do alisamento ocorreu de modo relacionado ao contexto social, ainda que fossem também escolhas individuais. No caso das mulheres negras, como aponta Figueiredo (2002), desde cedo elas são socializadas para terem o cabelo alisado. Para Nilma Lino Gomes (2008), mudar o cabelo pode ser entendido como uma forma de sair do local de inferioridade que é destinado ao negro e de desenvolver um sentimento de autonomia.

As estratégias de uso do cabelo, em suas texturas naturais ou não, envolvem negociações com as representações racializadas que têm “(...) consequências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais muito complexas” (HALL, 2003, p.390). Elas se tornam possíveis porque os sujeitos não possuem uma identidade fixa, essencial ou permanente, devendo ser compreendidos historicamente e não biologicamente (HALL, 2006). Sendo assim, as práticas de alisamento ou de uso dos cabelos naturais foram interpretadas, aqui, como sendo orientadas por diferentes processos de identificação, que são construídos em contextos específicos, estão em constante transformação e imbricadas em relações de poder. Foi possível identificar que a transição capilar pode ter motivações e compreensões muito distintas entre aquelas que a realizam, ao mesmo tempo, ao exteriorizarem as tendências gerais foi possível serem analisadas.

Essas suturas em torno do uso do cabelo ocorrem em condições socialmente determinadas, distintas conforme as desigualdades de poder se relacionam entre si, atravessando de maneira diversa as experiências dos sujeitos. Isso se baseia em um entendimento da diferença enquanto categoria analítica, como contextual e contingente e que não significa, necessariamente, desigualdade, mas possibilidade de agenciamento (BRAH, 2006). Nos grupos observados, por exemplo, foi identificada uma grande heterogeneidade de pessoas que passam pelo processo de transição capilar e que mobiliza recursos de plataformas de mídias digitais para conversar, trocar experiências e produzir conteúdos sobre essa temática.

Devido à construção social do significado do cabelo crespo se relacionar à representação racializada construída no contato colonial, as mulheres que possuem traços lidos como negróides, como cor da pele, traços faciais e textura do cabelo (GOMES, 2008), são atingidas por tais relações de poder de maneira distinta daquelas que não possuem os mesmos traços. Considerando que se trata de “um conhecimento em terceira pessoa” (FANON, 2008, p.104), as possibilidades de elaboração do esquema corporal dessas mulheres são muito diversas.

As colaboradoras da pesquisa relataram ter sido vítimas de preconceito durante a transição capilar, no momento de usar o cabelo em duas texturas (parte ainda alisada e parte natural) e logo após a realização do *big chop*, que consiste em cortar o cabelo próximo da raiz. Para S.H., de 40 anos, que se identificou como preta, o momento de lidar com o cabelo em duas texturas é o mais difícil, pois teve dificuldades em “[...] se encaixar esteticamente nos padrões, afinal nenhuma revista de moda, ou afins, publica foto de modelo com o cabelo contendo duas texturas”.

Foi possível perceber que algumas delas passaram a investir no uso de acessórios e de maquiagem para melhorar a autoestima. Tais estratégias se articulam com as representações em torno do padrão de beleza da mulher, segundo as quais o cabelo curto não representaria feminilidade e que haveria uma correspondência necessária entre identificação de gênero e comprimento do cabelo (GOMES, 2017). Nesse aspecto, mulheres lidas socialmente como brancas e como negras são

<sup>10</sup> “Identidade” aparece grafada entre aspas para indicar que é usada sob *rasura*, pois ainda tem centralidade para a questão da agência e da luta política, ao mesmo tempo em que não é mais boa para pensar tais questões (HALL, 2000).

<sup>11</sup> Das 71 colaboradoras que foram indagadas a partir das categorias de cor ou raça trabalhadas pelo IBGE, 39,44% se declararam pardas, 26,76% se declararam pretas e 23,94% se declararam brancas. Amarelos e indígenas somaram 4,23% e 5,63% não fizeram declaração.



atravessadas diferentemente por essas representações.

Foram significativos os relatos de mulheres que se declararam como brancas acerca de preconceitos sofridos com relação à textura dos cabelos. Nestes casos, o preconceito foi dirigido ao cabelo enquanto um signo e a mulher tornou-se alvo de uma violência que, ao mesmo tempo que a vítima de alguma maneira, encontra razão de ser para além da sua corporeidade. Isto é, uma vez que tal violência remete à construção racializada e estereotipada das representações sobre os africanos escravizados, o cabelo crespo cristaliza o imaginário de inferioridade e de não-humanidade das pessoas negras (GOMES, 2008).

Outro aspecto com relação à heterogeneidade de pessoas que participam dos grupos sobre a transição capilar é a existência de membros que detêm maior prestígio e poder dentro dessa rede, pretensamente horizontal (MARTINO, 2014; SIBILIA, 2008). Eles mobilizam discursos e constroem representações sobre a transição capilar que disputam com outros entendimentos dos demais sujeitos que a vivenciam. A este respeito, identificou-se nesses grupos o debate da hierarquização de texturas, em que a aparência anelada, aproximada do cacheado menos volumoso e mais definido é preferido em detrimento da textura crespa. Ele pode ser visto como fruto da mistura racial e ser associado ao branqueamento e à melhora do *status social* (GOMES, 2008). Como colocou B.M.,

[...] alguns grupos, assim como a sociedade, quer (sic) impor um cabelo natural definido com volume. As pessoas estão perdendo o foco e se tornando novamente escravos. Mas dessa vez, escravos de uma revolução capilar. O que era pra libertar está se tornando uma prisão. (B.M.<sup>12</sup>, 2019, em entrevista).

Situações como essa citada por B.M. permitiram perceber que existe uma tentativa de fechamento em torno do significado do cabelo natural, pois não há consenso sobre o significado que o cabelo crespo está adquirindo na atualidade. Em específico, sobre o significado do seu *uso*, já que a mobilização discursiva dessa prática está imersa em um contexto de *luta pela representação* (HALL, 2016), que ocorre tanto por meio das relações mediadas digitalmente quanto pelo seu transbordamento para as relações face-a-face, ambas formas ligadas a um contexto histórico e político anterior (CAMARGO, 2018).

Para Hall (2016), as alterações significativas nas práticas de representação seriam aquelas que atingem o próprio sistema para desmontá-lo. Seriam práticas que possibilitam reconhecer plenamente a heterogeneidade dos sujeitos, buscando a articulação das diferenças múltiplas no interior das diferenças binárias (COSTA, 2006). O que pôde ser observado na pesquisa, no entanto, foi certa continuidade na negociação com o estereótipo, pois ainda que as práticas dessas mulheres o desafiem pela atribuição de sentidos positivos ao cabelo crespo e, em alguns casos, à corporeidade negra, “o aspecto negativo não é *necessariamente* deslocado” (HALL, 2016, p. 218).

Diante disso, a particularidade das negociações e articulações produzidas pelos sujeitos que realizam o processo de transição capilar e produzem conteúdos digitais sobre o tema reside na própria conjuntura em questão. Segundo Gomes (2017), as atuais mobilizações em torno do cabelo crespo e da beleza negra envolvem relações mais próximas e complexas com consumo, mercado e mídia, além da presença de pessoas negras em espaços de poder, e é diversa daquela politização da estética dos anos 1960 e 1970.

Através da pesquisa, foi possível identificar que se trata de uma politização em parte distinta também daquela que Nilma Lino Gomes (2008) havia observado nos salões étnicos de Belo Horizonte, na abertura dos anos 2000. Naquele contexto, a autora observou que havia maior interesse das mulheres pelo uso de penteados étnicos, como tranças e alongamentos, e um reduzido uso do cabelo naturalmente crespo e cacheado. No caso do processo de transição capilar, o uso de tranças pode ser considerado uma estratégia para passar pela etapa do uso do cabelo com duas texturas e o objetivo é o

<sup>12</sup> B.M., 31 anos, se declarou no questionário como parda



uso do cabelo natural. B.S. falou sobre isso: “Usei tranças (*box braids*) na minha transição toda. Tirava de três em três meses para fazer hidratação, durante 1 ano. Após esse tempo fiz o *bc* (*big chop*).” (18 anos, se identificou como preta).

Ainda que não deslocando a lógica de funcionamento dos estereótipos, foi possível compreender que, para parte das colaboradoras, o processo de transição capilar também foi mobilizado para se referir a um agenciamento político com relação à libertação de padrões estéticos de brancura e não somente ao momento de mudança do uso dos cabelos em si. Para essas mulheres, tal enfrentamento pode ser entendido de diferentes maneiras, devido às articulações entre gênero, “raça”, etnia, classe, sexualidade, assim como pelas diferenças em termos de local de moradia, de acesso ou não ao ensino superior, entre outros elementos. Contudo, tais especificidades não reduzem o significado de tais agenciamentos, pois permitem identificar mudanças em direção a uma outra significação dos caracteres negróides, algo com significado especial se consideradas as relações raciais brasileiras (GOMES, 2008).

Além destas especificidades do fenômeno da transição capilar, foram identificadas, também neste contexto, a presença de interesses comerciais, tanto por parte de uma das empresas que oferecem serviços de comunicação digitalmente mediada, como por parte de empresas de cosméticos que também produzem representações e disputam significados (CAMARGO, 2018). Em julho de 2017, uma filial nacional da *Google* divulgou um material publicitário intitulado “A revolução dos cachos” (GOOGLE BRAND LAB, 2017). Esse material publicitário, voltado para a divulgação de tendências de mercado, afirma que ocorreu um crescimento de 309% no “interesse por cabelos afro” nos últimos dois anos, baseando-se nos indicadores de pesquisa realizadas por usuários através dos seus serviços. Afirma, também, que “essa tendência nasceu do *underground* e tornou-se *mainstream* com a força do símbolo do amor-próprio e do fortalecimento da identidade negra e afrodescendente” (GOOGLE BRAND LAB, 2017). Nota-se, neste discurso, um direcionamento na construção da origem desse fenômeno (o interesse por cabelos afro), colocando-o como uma “tendência” e um movimento fora do *status quo* da moda, publicidade e/ou do mercado.

Com relação a essa primeira demarcação ficou evidente que as colaboradoras da pesquisa têm uma preocupação em associar o uso do cabelo naturalmente crespo ou cacheado com a moda. A afirmação sobre o *underground* seria compreensível apenas se fosse desconsiderado todo o processo histórico e os esforços políticos do Movimento Negro na desconstrução dos significados negativos atribuídos à corporeidade negra. De fato, atualmente pode estar ocorrendo uma maior percepção generalizada dessas atuações, o que não significa que o debate tenha surgido recentemente, tampouco que se restrinjam ao objetivo de se tornar *mainstream*. Outro elemento a ser observado é a alusão à linguagem que tem sido mobilizada nos grupos sobre a transição capilar, produzindo uma relação entre a construção normativa que fala para outras empresas e a aparente cooptação da linguagem que fala àqueles que são entendidos como seu público-alvo em potencial.

Com relação às empresas de cosméticos, chamou a atenção a publicidade da empresa Salon Line, especialmente a linha #todecacho. O seu nome e algumas das expressões utilizadas no material publicitário e na embalagem dos produtos fazem uso da linguagem e signos que são mobilizados pelas mulheres que compartilham experiências sobre a transição capilar. Além disso, o uso da *hashtag* é um indicador da conexão pretendida entre a empresa e o público-alvo que faz uso das redes sociais<sup>13</sup>. Dessa forma, pode-se supor que um dos objetivos pretendidos pela marca é fornecer aos usuários e a seus consumidores uma representação de grupo ou comunidade, estabelecendo relações de proximidade.

Tais construções e negociações de significados em torno da transição capilar, e em algum grau, em torno dos sujeitos e do agenciamento que empreendem a partir das próprias experiências, se ligam

<sup>13</sup> Funcionalidade de plataformas de rede social que reúne, através de um único *click*, todo o material postado publicamente a partir do que é escrito como indicador após o sinal ‘#’. Os resultados obedecem a determinados critérios, pois os algoritmos alteram sequência de conteúdos mostrados ao usuário, tentando pressupor aquilo que este seria suscetível de acessar ou consumir (PIERRO, 2018).





às mudanças sociotécnicas vividas nas últimas décadas. Atualmente, segundo dados da PNAD de 2017, 74,9% dos domicílios brasileiros fizeram uso da internet, sendo que 97% destes usos foram feitos por meio de telefone móvel celular. Ainda com base neste levantamento, 95,5% desses acessos foram com a finalidade de enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por meio de aplicativos (IBGE, 2018)<sup>14</sup>.

Os estudos sobre mídias digitais informam sobre os efeitos que as plataformas podem exercer sobre seus usuários, incitando o cuidado e a performatização da aparência relacionados ao mercado, produzindo efeitos no modo de se dirigir aos outros (SIBILIA, 2008). Argumentam que os usos das mídias digitais rearticulam formas relacionais preexistentes, como as dos meios de comunicação anteriores, apontando os aspectos midiáticos da comunicação de massa e as relações de interesse e poder presentes nos serviços oferecidos pelas plataformas de comunicação digitalmente mediada (MISKOLCI, 2011, 2016).

Todavia, tais estudos consideram também o caráter aberto e não determinista dos usos dessas ferramentas e enfatizam que "(...) as tecnologias midiáticas se inserem em um contexto maior que tanto as origina quanto as transforma, moldando sujeitos que, por sua vez, as modificam" (MISKOLCI, 2016, p.293). Isso significa que existem apropriações criativas e ganhos que puderam ser adquiridos quanto às liberdades individuais daqueles que, nas relações face a face, são atingidos mais diretamente pelo preconceito e pela discriminação (MISKOLCI, 2016; SIBILIA, 2008). Tais ganhos possuem relevância para a experiência das mulheres que se identificam como negras, pois tiveram sua individualidade amalgamada em representações racializadas e estereotipadas e enfrentam maiores obstáculos para ocupar espaços de poder e de construção de representações, sendo a construção coletiva de saberes uma prática histórica importante para elas (COLLINS, 2016; hooks, 1995). Sendo assim, os usos de ferramentas de comunicação digitalmente mediadas podem trazer ganhos para essa prática de mobilização.

Nicolaci-da-Costa (2002) argumenta que os impactos dos usos de plataformas de mídias digitais são mais facilmente percebidos em nossos hábitos e formas de agir, mas também podem alterar nossos modos de ser, como pensamos, percebemos e organizamos o mundo externo e interno e como nos relacionamos com os outros e com nós mesmos. Para Miskolci (2017), estas modificações também afetam profundamente nossos horizontes aspiracionais, nossos desejos e relações interpessoais.

Mudanças puderam ser percebidas no modo como algumas mulheres passaram a construir seus processos de identificação, durante e depois da transição capilar e pelo contato com outras mulheres em plataformas de comunicação digitalmente mediadas. Em todos os grupos observados foi comum a presença das *selfies* (fotografias registradas por elas mesmas, com enquadramento em seus rostos) com diversas proposições: para solicitar auxílio no cuidado daquela textura de cabelo em específico; para expressar felicidade e superação com relação a transição capilar e ao uso cabelo natural; e para servir de inspiração para os demais membros, relatando ou não, detalhes da própria experiência. Como informou R.M. sobre a sua participação nos grupos: "*Aprendo sobre truques de texturização, cronograma capilar, os melhores produtos e vendo as outras meninas que já passaram pela transição e big shop, me sinto motivada*" (30 anos, não se identificou no questionário em termos de cor ou raça). Tais práticas foram compreendidas neste trabalho como de construção de formas de autorrepresentação e de autoavaliação (COLLINS, 2016), pois a importância simbólica e subjetiva dessas fotografias e de outros materiais, foi relatada pelas colaboradoras no questionário e nas publicações nos grupos como importantes fatores para seu processo de transição capilar. A possibilidade de compartilhar as experiências e de poder se identificar com mulheres que têm uma beleza que as representa positivamente em suas próprias características, é uma via aberta pelo uso das plataformas de mídias digitais. Tais práticas, no entanto, não se dão fora de relações de poder e influência de outras esferas como mercado e a próprias plataformas de mídias digitais.

<sup>14</sup> Dados disponibilizados pela Agência de Notícias do IBGE (2018).



Algumas das colaboradoras da pesquisa demonstraram ter sido impactadas em sua identificação de pertencimento étnico-racial, reinterpretando o modo como concebem sua origem e identidade. Ao falar sobre sua transição capilar, G.C.M. de 22 anos disse: “[...] Sofri por ter dúvidas sobre minha identidade racial, sofri por ter percebido como eu havia sido condicionada a negar minha ancestralidade [...] Ter convivido com um cabelo pós-bc me libertou de muitas coisas, foi um renascer das cinzas.” (Ela se identificou como branca no questionário).

Também para C.L., de 37 anos, a transição capilar teve efeitos no modo como se identifica do ponto de vista étnico-racial. Ela afirma que:

*[...] embora eu ainda não saiba como me declarar, pois sei que não posso esquecer: a dor que uma mulher preta sofre não se compara ao que eu sofro (racismo). Mas eu me vejo como uma mulher que sabe qual minha origem e não me envergonho disso (não mais). Hoje tenho uma posição clara a respeito de como racismo é cruel e desumano, muito embora eu tenha experimentado bem pouco (enquanto era criança) [...].* (Ela optou por não declarar pertencimento étnico-racial).

Sobre isso, F.S. de 42 anos, disse através do questionário:

*Ainda estou em transição, mas sim, tem sido de grande impacto no meu dia a dia, minha postura mudou, ou seja, o jeito de ver a sociedade, em um todo, mudou também, me aceito como eu sou e minha origem, me identifico como filha de um país miscigenado, sou morena clara? Não sei, sou parda como descrita na minha certidão de nascimento, não sei, sou negra, não sei, só sei que sou uma mistura de tudo isto. (Se identificou como parda).*

Como na resposta de F.S., a narrativa do Brasil mestiço e da democracia racial apareceram em alguns relatos, mobilizados pela máxima “somos todos iguais” ou, em outros casos, sendo rejeitadas veementemente<sup>15</sup>. Foi possível identificar impasses com relação a identificação e a aceitação das origens em termos étnico-raciais por parte de algumas mulheres que se declararam brancas ou apontaram não ter ainda uma declaração, justamente por estarem em um processo de questionamento das representações e narrativas com as quais vinham se identificando antes da transição capilar. Essas mulheres são impactadas pelas definições formais mais relacionadas à cor em tensão com as possibilidades de construção de narrativas de pertencimento e de identificação, pontos que não são ancorados apenas no tom de pele ou características físicas. Isto porque, “(...) somos sempre diferentes e estamos sempre negociando diferentes tipos de diferenças – gênero, sexualidade, classe (...) estamos constantemente em negociação (...) com uma série de posições diferentes” (HALL, 2003, p.346).

Deve estar claro que os impactos nos processos de identificação mencionados explicitamente nos relatos ou interpretados através da pesquisa não são compreendidos isoladamente de todo o conjunto das relações sociais e dos eixos que diferenciam os sujeitos. O uso do cabelo natural e o agenciamento dessas mulheres em torno dessa questão é um elemento forte nestas construções e reconstruções identitárias, sobretudo por atravessar/ser atravessado pelas dimensões social e subjetiva. Todavia, há outros aspectos da experiência das relações raciais e inter-raciais no país que também implicam nas construções identitárias, como a linguagem, as referências culturais e religiosas e as próprias trajetórias de vida individuais de cada uma dessas pessoas. Em suma, a identidade

<sup>15</sup> Em razão das escolhas metodológicas, não foi feita uma investigação centrada no tema da democracia racial, tendo este tema aparecido em alguns relatos e na observação dos grupos, de modo geral, como um recurso discursivo para afirmar ou rejeitar determinadas identificações. Como foi o caso do relato de F.S. que se mostra, em certa medida, em dúvida em como se declarar formalmente e opta pela categoria parda no questionário que corresponde àquela indicada em seu RG. Quando afirma que se considera fruto de uma “mistura”, ela tensiona essa identificação como parda ao mesmo tempo que recorre ao imaginário social atrelado a ela. O modo como esse imaginário social pode ser reproduzido ou tensionado através da experiência de transição capilar possivelmente seja distinto diante dos eixos de diferenciação que posicionam essas mulheres ou, ainda, não ser central em suas trajetórias. Esse é um caminho de investigação sociológica que ainda pode ser explorado.



jamais terá um status acabado, pois ela se relaciona diretamente com aquilo que os sujeitos podem vir a “tornar-se” (HALL, 2000), uma vez que “(...) a diferença nunca pode ser totalmente capturada por um sistema binário. Então qualquer noção de sentido *final* é sempre infinitamente descartada, adiada” (HALL, 2016, p.77).

Em suma, devido às diferenças entre essas mulheres, como também pelas características das plataformas e as relações de poder econômico e simbólico envolvidas neste contexto, é importante considerar que as práticas de representação racializadas são tensionadas, mas também se reposicionam. A incorporação de movimentos identitários como LGBTQTI, negro e feminista em peças publicitárias pode se dar sem alterar substancialmente as estruturas raciais de poder (FAUSTINO, 2018). Hall (2016) aponta que a representação da diferença “racial” na mídia tem aumentado de volume, sobretudo na publicidade, e que se trata de um importante agente de crescimento da visibilidade. Contudo, isso pode ser dar por um “desvio multicultural”, onde tais mudanças se dão em conjunto com a persistência de antigos padrões de representação racializada (HALL, 2016).

#### 4. Considerações finais

A transição capilar, compreendida nas dimensões sociais e subjetivas, é um fenômeno recente, próprio do contexto de crescimento dos usos de plataformas de mídias digitais e de mudanças culturais e políticas posteriores à implementação das políticas afirmativas no Brasil. Investigá-la possibilitou compreender elementos que estão presentes, em algum grau, no debate contemporâneo mais amplo acerca das identidades e das diferenças, que tem se dado também por meio dos usos destas mídias. Os grupos de discussão e de troca de experiências na plataforma *Facebook*, os *blogs* e demais conteúdos compartilhados *online*, tiveram demonstrada sua relevância junto a parte das colaboradoras para além de uma mudança cosmética, impactando nas representações com as quais elas se identificam e no modo como compreendem suas identidades e pertença do ponto de vista étnico-racial.

A realização de uma etnografia por meios digitais possibilitou analisar, qualitativamente, os usos das mídias e relacioná-los a um contexto social anterior e mais amplo. Foi possível identificar que existe uma *luta pela representação*, na qual as reivindicações por outros significados têm se dado no embate com as reformulações e tentativas de re colocação de um imaginário social fundado ainda no encontro colonial. Foi diante desta perspectiva que foi considerada a potencialidade das práticas de autorrepresentação empreendidas pelas mulheres, ainda que imersas em relações de poder desiguais. Os tensionamentos nos significados e nas práticas de representar têm sido produzidos a partir das experiências vividas e de corporeidades que têm sido articuladas de maneira contestatória, fazendo usos criativos de plataformas de comunicação digitalmente mediadas, ao mesmo tempo em que negociam com significados mobilizados por empresas de cosméticos e de mídias digitais.

#### 5. Referências bibliográficas

BRAGA, Amanda. **História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329-376, jan-jun, 2006.

CAMARGO, Karina. **A transição capilar e a luta pela representação do uso do cabelo crespo e cacheado em contexto de usos de mídias digitais**. 2018. 99f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.



Disponível em: [encurtador.com.br/tAINX](http://encurtador.com.br/tAINX)

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan-abr 2016.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DE MATTOS, Ivanilde Guedes; SILVA, Aline. Vício Cacheado: Estéticas Afro-Diáspóricas. In: **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 14, p. 214-235, jul-out 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: SciELO-EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FELIX, João Batista de Jesus. **Hip Hop: cultura e política no contexto paulistano**. 2005. 206f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FIGUEIREDO, Ângela. “Cabelo, cabeleira, cabeluda e descabelada”: identidade, consumo e manipulação da aparência entre os negros brasileiros. In: **Anais da 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Ciências Sociais**, Caxambu, 2002. p.1-14.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2011.

GOOGLE BRAND LAB. A Revolução dos Cachos. **Think With Google**, São Paulo, jul. 2017. Tendências de Consumo, Bens de Consumo, Moda e Beleza, Varejo. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/advertising-channels/v%C3%ADdeo/revolucao-dos-cachos/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

GOMES, Ana Paula Pereira. **Mídia e Beleza Negra: a mulher negra em propagandas televisivas de produtos de higiene e beleza**. 2008. Dissertação ( Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. E-book. ISBN 978-85-513-0231-6.

\_\_\_\_\_. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.); HALL, Stuart.; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

\_\_\_\_\_. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger, Sayonara Amaral, Brasília, Editora UFMG, 2003.



\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro, 11 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cultura e representação**. Tradução Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. In: **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 464, 2º semestre 1995.

IBGE. PNAD Contínua TIC 2017: Internet chega a três em cada quatro domicílios do país. In: **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Acesso em: 27 maio 2019.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais**: linguagens, ambientes e redes. Editora Vozes Limitada, 2014.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. In: **Revista Cronos**, v. 12, n. 2, p.09-22, jul. – dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. In: **Contemporânea** (Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar), v. 6, n. 2, p. 275-297, jul. - dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no **3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação**. PENESB-RJ. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2019.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas. In: **Psicologia**: teoria e pesquisa, v. 18, n. 2, p. 193-202, maio – ago., 2002.

PIERRO, Bruno de. O mundo mediado por algoritmos. In: **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, ano 19, n. 266, p.18-25, abr., 2018.

SIBILIA, Paula. EU personagem e o pânico da solidão. In: SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Nova Fronteira, 2008. p.301-343.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. In: **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, 2015.

SOUSA, Maressa de. Cabelo crespo está na moda. In: CIZILIO, Ana Catarina, SOUSA, Maressa de; SECURATI, Mariana; FRANÇA, Raysa. **BLOG Cacheia!** Belo Horizonte, 16 ago. 2015. Disponível em:





---

<https://cacheia.com/2015/08/cabelo-crespo-esta-na-moda/>. Acesso em: 19 maio 2019.  
Cacheia

VAN DIJCK. **La cultura de la conectividad**: una historia crítica de las redes sociales. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

Data de submissão do artigo: 08/07/2019

Data da decisão editorial: 10/03/2020